ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA E A UNIÃO AFRICANA

Flavio Thales Ribeiro Francisco

Cooperação na versão garveysta

- Garvey pregava o regresso de todos os negros à África, sua pátria natal, para formar uma forte nação africana. Nesse sentido, enviou em 1920, uma missão à Libéria para negociar com o governo local a concessão de terras para uma futura instalação da University Negro Improvement Association e que servisse de ponto de partida para seu projeto de unidade dos povos negros. O projeto não avançou porque os dirigentes da Libéria (Presidente King e o Secretário de Estado Barclay) entendiam que Garvey buscava usurpar o poder e/ou levar à queda do governo.297
- A ideologia de criação de uma Nação Central Africana, defendida por Marcus Garvey, não conseguiu a sua concretização por ser um projeto utópico: propunha a constituição de uma nação negra na África, mas os seus componentes se encontravam no exterior. O período histórico também não era propício à criação da República Africana de Garvey, devido ao imperialismo europeu no continente. A bandeira Unite States of Africa levantou suspeitas entre os nacionalistas africanos, que viam nessa tese certa forma de colonização afro-americana ou a reprodução dos Estados Unidos da América na África

Estados Unidos da África

- Na história africana, Osagyefo Kwame Nkrumah pode ser considerado o primeiro africano e o segundo, depois de Garvey, a idealizar um projeto coerente e claramente definido sobre a unidade no continente africano, denominado os Estados Unidos da África.
- Fortemente influenciado pelo ensinamento de Marcus Garvey, Nkrumah entendia que a integração é a única base real para a África poder superar o neocolonialismo e a sua principal consequência: a balcanização do continente.
- Sem perder tempo, Nkrumah aproveitou a presença de alguns líderes africanos na festa de comemoração da independência de Gana (primeiro país da África negra independente), ocorrida entre os dias 5 e 6 de março de 1957, para lançar sua idéia pan-africana e chamar a atenção dos presentes da necessidade de uma solidariedade entre os Estados africanos, como ponto de partida para a criação do futuro projeto dos Estados Unidos da África. Com esse intuito foi acordado dois encontros, entre os Estados independentes, com a finalidade de analisar a situação política do continente e traçar uma ação comum para lutar contra a colonização.

Um governo continental

- O governo continental teria a função de definir, segundo Nkrumah, a política de integração do mercado comum, com o objetivo de direcionar o poder econômico e industrial a serviço dos povos africanos, e adotar uma política externa comum como expressão da personalidade africana em relações internacionais e, também, como
- meio de diminuir as despesas dos serviços diplomáticos. No entendimento de Nkrumah, a sobrevivência da África e dos seus jovens Estados dependeria de uma união política forte e capaz de defender os superiores interesses da região perante o seu inimigo real: o neocolonialismo. Afirma o autor: de “uma grande união política pode nascer uma África unida, gigantesca e poderosa, na qual os limites territoriais, que são relíquias de colonialismo, passarão de moda e se tornarão supérfluos; trabalhará para mobilização completa e total da organização de planificação econômica com uma direção política unificada”.
- Defendia também a constituição, em toda a África, de um partido único, forte e organizado como meio eficaz para a efetivação da unidade continental, uma vez que lhe caberia papel importante no processo de integração nacional, ainda que o sistema pluripartidário constituísse uma estratégia neocolonialista contrária à evolução econômica e social da África.

Organização da unidade africana

- A Organização da Unidade Africana, cuja sigla é “OUA”, foi criada no dia 25 de Maio de 1963, na cidade de Addis Ababa, localizada na Etiópia. A sua iniciativa se deu ao Imperador etíope Haile Selassie que concebeu a Organização através da assinatura da sua Constituição por representantes de 32 governos diferentes de países africanos independentes.
- A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, instância suprema;
- O Conselho de Ministros que prepara e executa as decisões da Conferência;
- O Secretariado-Geral Administrativo;
- A Comissão de Mediação, de Conciliação e de Arbitragem.

Organização da unidade africana

- Boa parte dos conflitos africanos – remanescentes das lutas de independência – continuou pelas décadas de 1970, 1980 e 1990 sem uma ação eficaz por parte da OUA para contê-los.
- Adicionalmente, **o não pagamento das cotas por boa parte dos Estados-membros tirou da OUA a sua principal fonte de financiamento,** restando à OUA a função de tribuna como único trunfo político, além da representação externa do continente.

Fim da guerra fria

- Espaços como a Namíbia, Moçambique, Angola e Etiópia deixam de ser estratégicos para as grandes potências.
- EUA e URSS negociam o fim da corrida armamentista e deixam de investir em conflitos no continente africano.
- Nesse processo, os EUA, por meio da ONU, passam a patrocinar a ascensão de Estados democráticos, sinalizando para um novo arranjo no sistema internacional.
- Alguns Estados, como Somália e Etiópia, encaram as ameaças de fragmentação do Estado.
- No caso de Ruanda, eclode um conflito étnico sangrento.

Afro-pessimismo

- Alastramento da pobreza
- Megaurbanização
- Epidemias de HIV e Cólera, ameaça do Ebola
- Guerras de mílicia
- Colapso Econômico
- Fundamentalismo islâmico no Norte.

Ascensão da África do sul

- Fim do Apartheid encaminhado por Frederick De Klerk
- Ascensão de Nelson Mandela através do Congresso Nacional Africano (CNA)
- Reorganização da integração regional através da Comunidade para o Desenvolvimento para África Austral (SADC)
- O país passa a sediar eventos internacionais como a Conferência de Durban em 2001
- A base industrial, apesar de inferior em comparação com outras forças emergentes, credencia os sul-africanos como um ator fundamental no continente.

Renascimento Africano

- O Renascimento Africano é um movimento cultural, político e intelectual que busca a revitalização e a valorização da identidade, cultura e história da África. Ele é inspirado na ideia de que o continente pode superar os legados do colonialismo, escravidão e exploração, promovendo um futuro de prosperidade, unidade e autossuficiência. Essa visão defende a recuperação do orgulho africano, o resgate das tradições e o fortalecimento do papel da África no cenário global.

Mudanças no continente

- A África desenha uma mudança histórica. O século XXI se iniciou com mutações na base das sociedades, das economias e dos Estados africanos.
- Destacam-se as atuais formas de inserção internacional de seus Estados nacionais, bem como o envolvimento crescente de antigos e novos atores globais que participam, de forma interessada e crescente, da gestação do futuro da África.

Proposta de Diop

- Além do projeto Estados Unidos da África, de Nkrumah, outro intelectual africano conseguiu apresentar um grande projeto de integração para o continente, denominado Estado Unido da África Negra: tratava-se de Cheik Anta Diop.
- Tal como Nkrumah, Diop considerava a integração política da África uma condição prévia e irreversível para qualquer progresso da região, mas diferentemente de Nkrumah, que defendia um processo continental, o autor advogava um modelo gradual, a partir de agrupamentos regionais que conduzissem em etapas a integração de todo o continente.
- A grande empreitada de Diop consistia em despertar tanto a consciência histórica como a nacional dos povos africanos e dos seus dirigentes, mediante a valorização cultural e civilizatória africana. Como egiptólogo realizou importante estudo, no qual demonstrou cientificamente que existe um parentesco cultural entre o Egito faraônico (um Egito negro) e a África negra, e as civilizações negras da Etiópia e do Egito como as mais antigas do mundo, rompendo assim as afirmações de Hegel, de que “o homem negro nunca contribuiu para a história universal”.
- A unidade histórica da África negra com impacto na consciência histórica africana. Neste pressuposto, Diop defende a unidade linguística a partir de uma língua africana para evitar a hegemonia cultural, econômica, social e até política externa, e que sirva também para lutar contra a alienação. A reunião das fontes energéticas da África negra para aproveitar todas as potencialidades do continente, em benefício dos povos africanos, e não para servir aos interesses das indústrias europeias.
- Divisão da África negra em oito zonas industriais diferentes, de acordo com as potencialidades de cada uma dessas regiões

Centralidade democrática

- Para o seu projeto de Estado Federal da África negra, Diop defendia, ainda, a necessidade de desenvolvimento de um sistema de transporte, a criação de um fundo de investimento, a formação de quadros técnicos, a pesquisa científica e um poderoso exército moderno para impedir qualquer dominação da força externa.
- De acordo com Edem Kodjo, Diop manifestou-se sempre em favor de um governo central democrático africano, sob forma federal. Cheikh Anta Diop queria mais além de uma simples união econômica, advogava a constituição de uma potência federal africana, cuja força estratégica se encontraria na união dos seus Estados

Final da OUA

- O final do século XX foi marcado pela celebração de diversas conquistas da OUA, com a consolidação das independências dos países africanos e o fim dos regimes de minoria branca, como o apartheid na África do Sul, em 1994.
- No entanto, foram marcantes também os fracassos em situações como o caso do genocídio de Ruanda (1994), a crise da Somália (1992-1993) e a guerra na República Democrática do Congo (1996-1997). Essas crises levaram à discussão o papel da OUA e sua capacidade de responder aos novos desafios, trazendo a demanda por redefinir o papel da organização no continente.
- Essa discussão foi marcada pelo resgate dos ideais de Kwame Nkrumah por uma “nova geração de pan-africanistas”,8 que buscava criar instituições capazes de recolocar a África nas estruturas de governança global como uma voz a ser ouvida e não um problema para ser resolvido.
- Na conferência de Sirte, em 1999, Muammar al-Qaddafi, na época presidente da Líbia, apresentou a proposta de Ato para o Estabelecimento dos Estados Unidos da África, que consistia no estabelecimento de uma nação soberana e independente que abarcasse todos os Estados africanos, com base no princípio de igualdade.

Década das integrações regionais

- **Principais motivos da integração regional nos anos 1990**
- 1. Fim da Guerra Fria: com o fim da disputa entre Estados Unidos e União Soviética, em 1991, surgiram novas possibilidades de cooperação entre os países.
- 2. Globalização: o aumento das relações comerciais, financeiras e tecnológicas incentivou os países a se aproximarem para participar da economia mundial.
- 3. Fortalecimento econômico: os países buscaram ampliar seus mercados consumidores, facilitar o comércio e atrair investimentos estrangeiros.
- 4. Competitividade internacional: a formação de blocos econômicos permitia que os países tivessem mais força para competir com grandes potências econômicas.
- 5. Cooperação política: os países passaram a buscar maior diálogo, estabilidade política e soluções conjuntas para problemas regionais.
- **Exemplos de integração regional na década de 1990**
- Mercosul (1991): criado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de ampliar o comércio e a integração econômica na América do Sul.
- União Europeia (1993): estabelecida pelo Tratado de Maastricht, aprofundando a integração econômica e política europeia.
- NAFTA (1994): acordo de livre-comércio entre Estados Unidos, Canadá e México.

Influência de Gaddafi

- No final dos anos 1990, Gaddafi liderou esforços para reformar a organização, culminando na criação da União Africana em 2001. Ele foi um dos principais arquitetos da Declaração de Sirte (1999), que formalizou o processo de transição da OUA para a UA, durante uma reunião na cidade líbia de Sirte.
- **Financiamento e Apoio à Integração Africana**
- Gaddafi utilizou os vastos recursos financeiros provenientes do petróleo líbio para financiar projetos pan-africanos, ajudando países africanos a pagar suas contribuições à UA e patrocinando iniciativas como a criação de instituições financeiras continentais. Ele também investiu em infraestrutura e em empreendimentos para reduzir a dependência africana de instituições ocidentais.
- **Visão Controversa e Contradições**
- Apesar de seu entusiasmo pelo pan-africanismo, Gaddafi foi uma figura polarizadora. Sua visão de uma África unificada encontrou resistência de líderes que temiam perder soberania nacional ou discordavam de seu estilo autoritário. Além disso, suas intervenções em conflitos africanos eram vistas por alguns como interferência e por outros como apoio às lutas de libertação.

Fundação União Africana

- Para responder a estes desafios, potencializados pela situação criada pelo encerramento do conflito bipolar, em 09.07.2002, através do Ato Constitutivo assinado em Lomé (Togo), a Organização da Unidade Africana foi substituída pela União Africana, com 53 membros, cobrindo quase todo o continente africano

African Union



NEPAD - New Partnership for African Development

- Somente 10 por cento do comércio africano é feito no continente africano.
- A lógica é a de um comércio livre entre os africanos dentro uma lógica neoliberal
- Harmonização de tarifas
- Promoção dos produtos africanos
- Incremento do setor privado
- Os países fariam reforma para a integração regional e atuariam como bloco em um contexto mais amplo.
- Promoção da boa governança (combate à corrupção e promoção dos direitos humano)

Reformas institucionais

- Para a consecução desse o objetivo, a Nepad prevê o estímulo a cinco reformas institucionais como meios para formação de talentos e de criatividade política na nova geração de líderes.
- São, a saber: serviços administrativos e civis; fortalecimento do controle parlamentar; promoção da participação na tomada de decisões; adoção de medidas efetivas para combater a corrupção e a apropriação indevida de bens públicos; e reformas judiciais.

Iniciativas econômicas

- O segundo conjunto de iniciativas desse primeiro pé da Nepad relaciona-se à economia e ao Estado. Segundo os formuladores da Nepad, para a garantia do desenvolvimento sustentável, o Estado ainda tem seu lugar. Está claro no texto oficial da Nepad:
- “O Estado tem um papel muito importante a desempenhar no crescimento e desenvolvimento econômicos e na implementação dos programas de redução de pobreza”

Iniciativas

- a formação de equipes de trabalho dos ministérios das Finanças e dos bancos centrais dos países africanos, com responsabilidade e autonomia para a revisão das práticas nas áreas da economia e da governança corporativa, com a tarefa específica de sugerir formulações e recomendações acerca de padrões e códigos apropriados aos setores público e privado;
- a apresentação dessas recomendações ao Comitê de Implantação, constituído pelos chefes de Estado;
- a gestão das finanças públicas e a avaliação dos países caso a caso;
- a mobilização de recursos, a cargo do Comitê de Implantação, no sentido da promoção de talentos aptos ao exercício da boa governança, por meio de estruturas sub-regionais e regionais existentes, de forma a racionalizar custos e aproveitar a capacidade instalada de organizações já em funcionamento.

- a redução do gap de infraestrutura, especialmente no campo das tecnologias de informação e de comunicação (TIC);
- o investimento no desenvolvimento de recursos humanos, a incluir o combate à pobreza e à fuga de cérebros;
- a ação no campo da saúde e na superação do fosso educacional;
- a mobilização da agricultura e contra os entraves às exportações africanas;
- a iniciativa ambiental;
- a valorização da cultura não apenas como “enfeito de bolo”;
- a promoção das plataformas científico-tecnológicas
- por meio das conexões transfronteiriças, particularmente na biotecnologia e nas ciências naturais.

Metas

- crescimento econômico de 7% anual durante quinze anos;
- redução pela metade da taxa de pobreza absoluta até 2015;
- matrícula de todas as crianças nas escolas no mesmo período.

- Existem dois mecanismos de financiamento da organização: o orçamento regular, que cobre as
- despesas operacionais e os gastos com projetos; e o Fundo da Paz.13 Até 2015, aproximadamente 67%
- do orçamento da UA advinha dos países-membros, sendo que cerca de trinta países tinham algum
- nível de inadimplência. Com isso, a organização é dependente fortemente de financiamento externo.14
- Cinco países-membros – Argélia, África do Sul, Egito, Nigéria e Marrocos – são responsáveis pela
- maior parte do orçamento.15 Diante dessas dificuldades, a UA vem implementando, desde 2016,
- uma reforma orçamentária que introduz uma taxa de importação de 0,2% sobre produtos de fora
- do continente para a constituição do orçamento regular

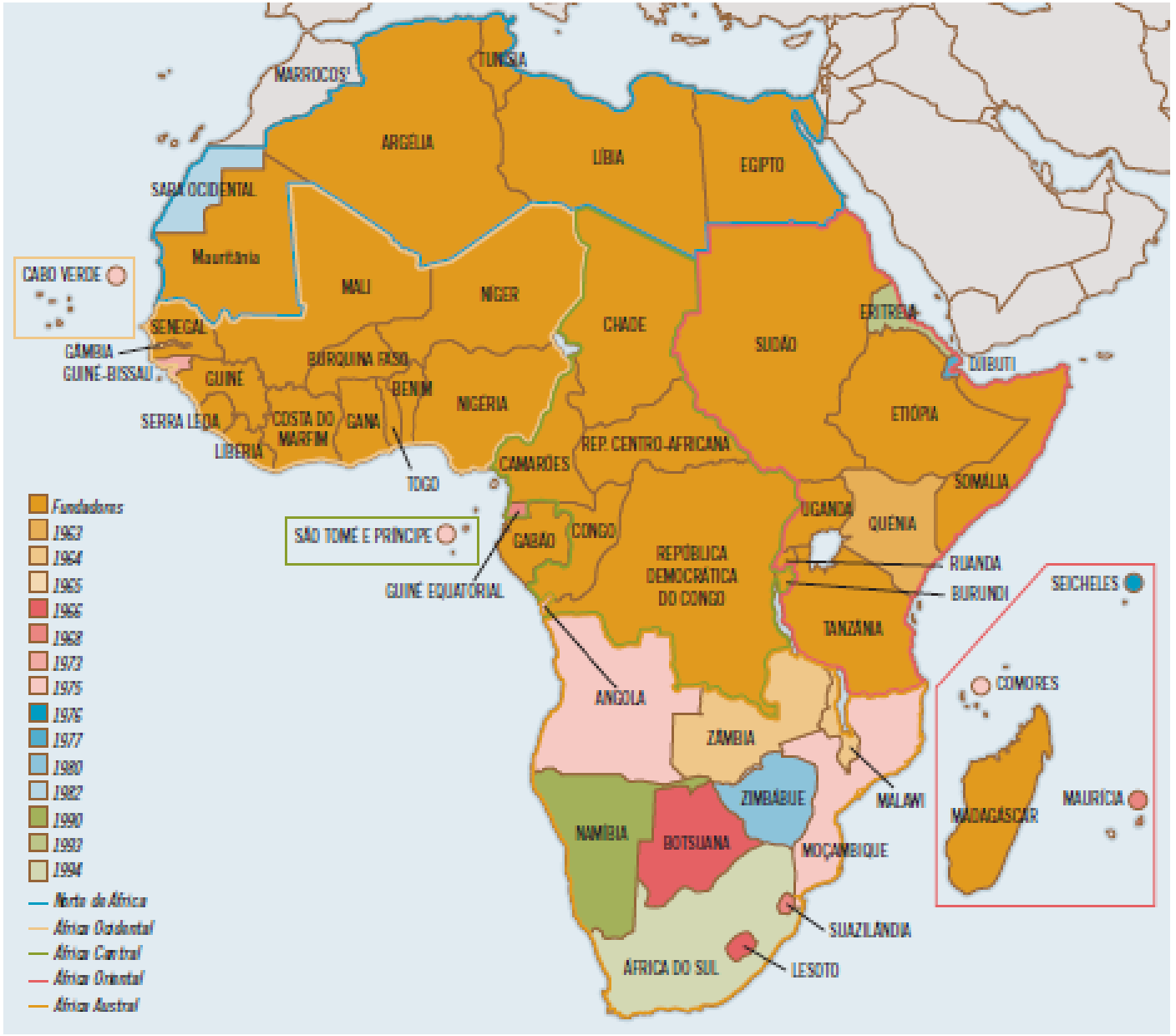
Capacidade de intervenção

- Há duas grandes mudanças na forma como a organização funciona agora como UA em comparação com a OUA. Há mais escopo para a intervenção da União, e vários novos organismos foram formada para garantir um maior grau de conscientização e fiscalização cumprimento das decisões dos principais órgãos da organização, a Assembleia Geral de Chefes de Estado e de Governo e o Conselho Executivo de Ministros.

União Africana

- Baseada no modelo da União Europeia, contribui para a promoção da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento no continente africano.
- A ação da UA nos setores sociais tem se ampliado, principalmente nas áreas de saúde e sanitária (em parceria com as agências especializadas das Nações Unidas) como, por exemplo, com a defesa da produção, por parte dos Estados africanos, da produção de medicamentos genéricos anti-HIV/AIDS, em 2009.

MEMBROS DA OUA/UA POR ANO DE ADMISSÃO



[1] Deixou a OUA na sequência da admissão do Sara Ocidental.

Fonte: União Africana (http://www.african-union.org) e Institute for Security Studies – ISS, African Union Profile (http://www.iss.co.za). Organisation of African Unity, disponível em: http://en.allexperts.com

Órgãos da UA

- A União Africana possui vários órgãos para regular o funcionamento da entidades e as relações entre seus membros. Alguns exemplos são a Assembleia, o Conselho Executivo e a Comissão da UA.
- A Assembleia da União Africana é formada pelos chefes de estado e de governo dos países membros, ou seus representantes devidamente acreditados; é o órgão supremo da União;
- Outros órgãos possuem importância secundária.
- O Conselho Executivo da União Africana é composto por ministros ou outras autoridades designadas pelos governos dos estados membros.

Orgãos das União Africana

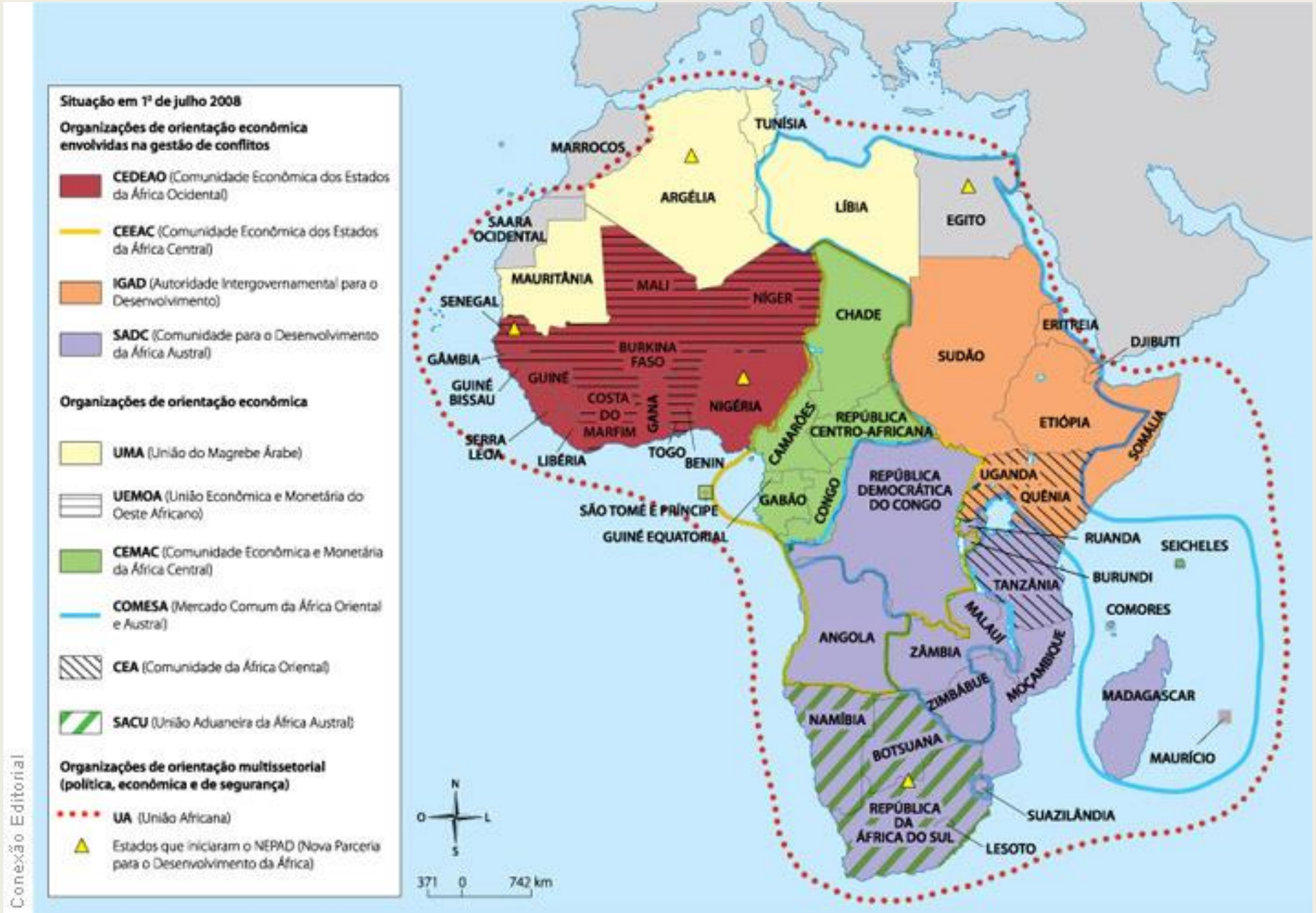
- A Comissão da União Africana é o órgão responsável pela execução das decisões da Assembleia; é dirigido por um Presidente (O atual presidente da Comissão da União Africana é Mahmoud Ali Youssouf), um Vice-Presidente e composto por oito Comissários, cada um responsável por uma área de atividade.
- O Comité de Representantes Permanentes da União Africana – responsável pela preparação das sessões do Conselho Executivo, é composto por Representantes Permanentes dos Estados-membros, acreditados perante a União.
- O Comité de Paz e Segurança da União Africana foi estabelecido durante a Cimeira de Lusaka (Julho de 2001), este comité encontra-se ainda (2008) em processo de ratificação pelos Estados-membros.
- O Parlamento africano – é o órgão que assegura a participação dos povos africanos na governação, desenvolvimento e integração económica do continente, através do controle e apoio aos parlamentos dos Estados-membros

Organizações Regionais

- Tendo em vista tais objetivos a perseguir, pode-se distinguir cinco tipos de organizações regionais na África: de cooperação política, econômica, de aproveitamento e valorização de rios, instituições financeiras e monetárias e os organismos limitados a um setor de atividade específica. As organizações de cooperação política – visam fortalecer e aprofundar os laços políticos entre dois ou mais Estados, para solucionar problemas comuns e prevenir eventuais agressões externas.
- As organizações de cooperação econômica – como as de cooperação política, na África, têm por finalidade a criação de blocos regionais para fortalecerem as economias dos Estados-membros, a fim de poder competir no mercado mundial do qual os países africanos estão completamente marginalizados. As organizações para o aproveitamento e valorização de rios – têm por finalidade a valorização de uma região constituída por lagos e rios internacionais ou a coordenação de estudos para o desenvolvimento de bacias.
- As instituições financeiras e monetárias – fazem parte desse grupo os organismos de integração monetária, de ajuda financeira e de financiamento dos projetos de desenvolvimento e os organismos limitados a um setor de atividade específica – são os que têm por objetivo estabelecer a cooperação técnica entre os países africanos.

Organizações Regionais

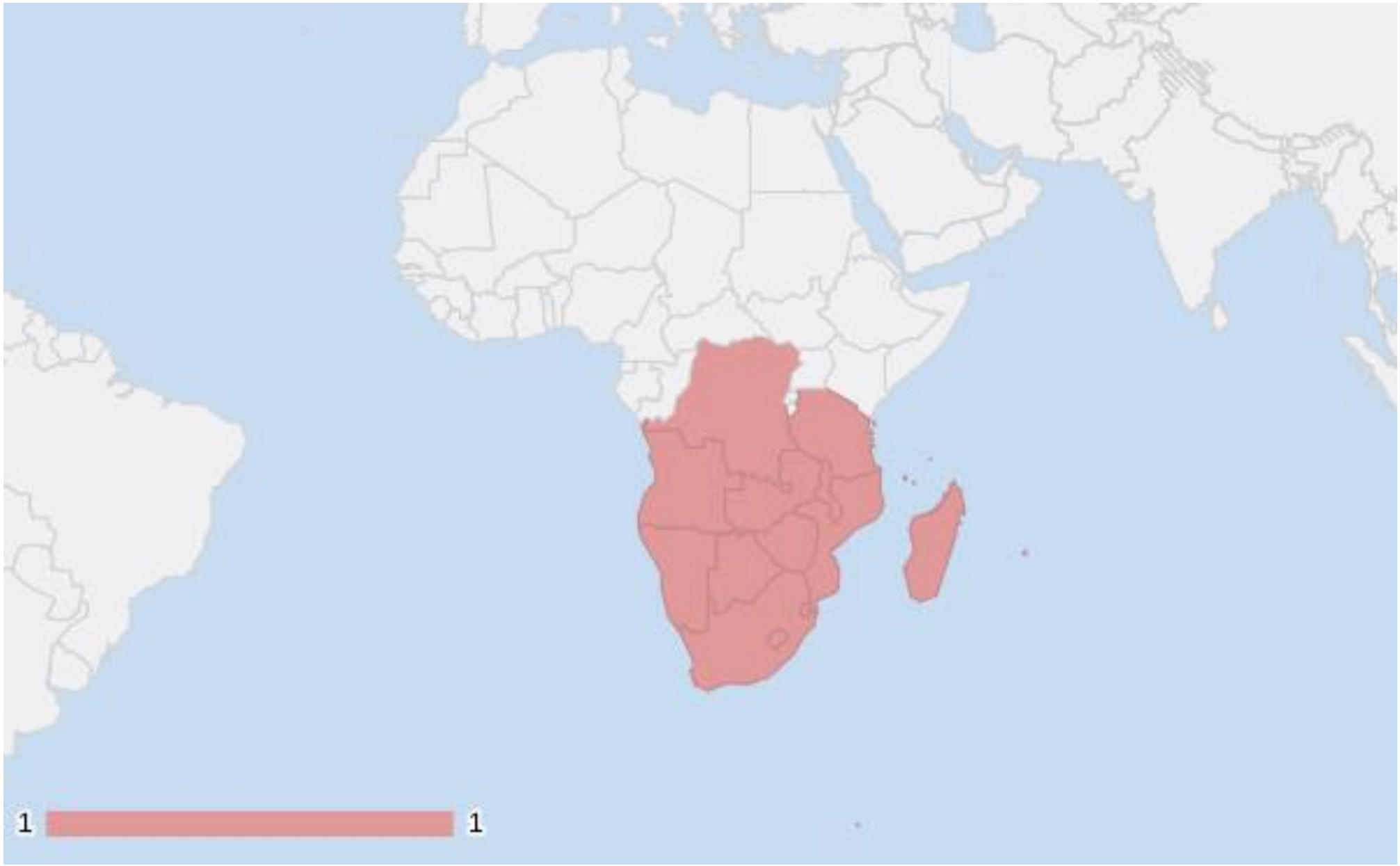
- A União Africana reconhece as Comunidades Econômicas Regionais
- (CERs), como parceiras no desenvolvimento e integração econômica do continente africano. A maioria delas nunca ultrapassou a dimensão de arranjos políticos conjunturais, conservando-se mais como um fórum político do que como um processo de integração.
- Outras, todavia, apresentam avanços consideráveis no campo financeiro, comercial e da infraestrutura. De qualquer maneira, todas elas podem vir a adquirir relevância e avançar materialmente, dado o atual ciclo de crescimento africano, resultante da presença de novos parceiros no continente, especialmente a China.



Conexão Editorial

SADC E SACU

- Os processos de integração mais avançados da África são a SADC e a SACU, localizados na África meridional e tendo como Estado pivô a África do Sul. A origem da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) remonta ao bloco político de luta contra os países de regimes racistas da região (África do Sul e Rodésia), denominado Países da Linha de Frente e o bloco econômico equivalente, Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), fundados em 1980. Os blocos não lograram avançar muito devido à guerra persistente e à ausência da maior economia da região, a da África do Sul.
- Com o fim do regime do Apartheid no início dos anos 1990, a situação mudou completamente. A independência da Namíbia, a ascensão de um governo de maioria negra em Pretória e a negociação da paz em Angola e Moçambique permitiram o avanço da integração regional


1
1

Origens da SADC

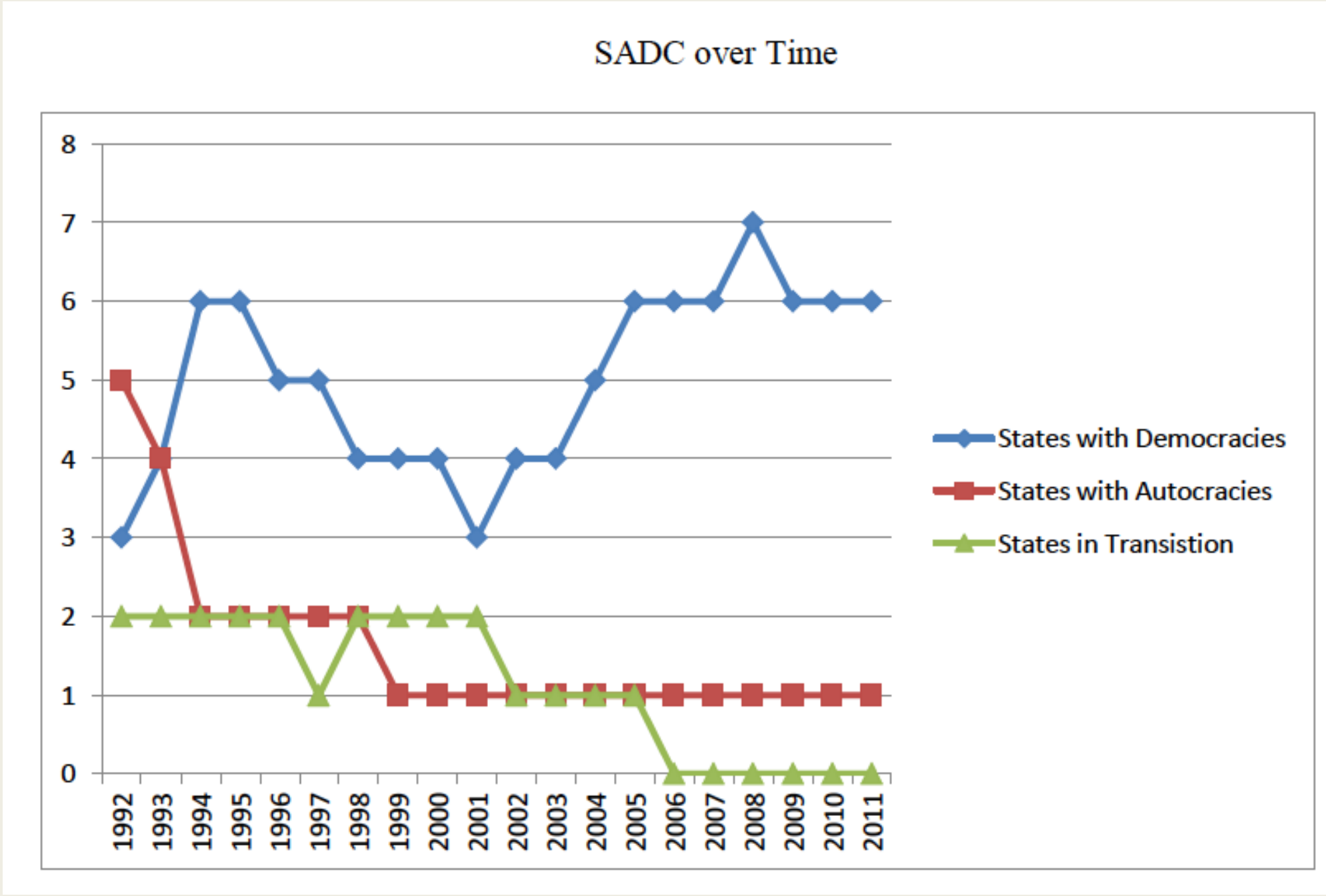
- Com o processo de reivindicação por independência dos países da África Austral, a África do Sul buscou tornar-se um polo econômico regional, por meio da intensificação da dependência econômica dos países da região meridional por meio do projeto sul-africano Constellation of Southern African States (Consas).
- Esse projeto, no entanto, não era aceito pelos Estados da Linha de Frente, o que levou à criação, em 1980, da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África (Southern African Development Coordination Conference – SADCC), cujo objetivo era fazer frente tanto à investida sul-africana quanto à dependência de países extrarregionais, advindas do período colonial, e fomentar a cooperação em prol do desenvolvimento dos seus Estados-membros.
- Com a mudança na conjuntura geopolítica regional trazida com o fim do *apartheid* na África do Sul, bem como com as mudanças no contexto internacional, com o colapso da União Soviética em 1991, a SADCC tornou-se SADC no ano seguinte.

Funções dos países membros

- São membros da SADC atualmente os seguintes países, cada qual com uma função: África do Sul, finanças e investimentos; Angola, energia; Botsuana, produção animal e agrária; Lesoto, conservação da água, do solo e turismo; Malawi, florestas e fauna; Maurício (sem função específica); Moçambique, transportes, cultura e comunicações; Namíbia, pesca; Suazilândia, recursos humanos; Zâmbia, minas; Zimbábue, segurança alimentar. A Tanzânia, a República Democrática do Congo, Seychelles e Madagascar aderiram posteriormente ao bloco.
- Os países membros somam uma população de aproximadamente 230 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente US$700 bilhões de dólares. Em suas exportações a SADC obtém um total de 55 bilhões de dólares e gasta em média 53 bilhões de dólares em importações. Assim sendo, a SADC é considerada o maior bloco de toda a região africana, englobando quase toda a parte do continente ao sul do Equador. A África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Swazilândia formam o núcleo central da SADC, pois constituem a União Aduaneira da África Austral (SACU),

O político sobre o econômico

- A Cúpula de Chefes de Estado e Governo é responsável pela formulação de políticas da SADC e realiza pelo menos dois encontros por ano. Há, entretanto, reuniões extraordinárias, como a cúpula ocorrida em Luanda, em 2017, devido à instabilidade política e ao cenário de insegurança no Zimbábue. As decisões da organização são tomadas por consenso, e as reuniões devem contar com a participação de ao menos dois terços dos membros. O financiamento da SADC, cujas despesas são aprovadas pelo Conselho de Ministros, é feito por contribuição dos Estados-membros e, mediante aprovação do Conselho, de atores externos. Seus idiomas oficiais são o inglês, o francês e o português.
- A integração da região austral esteve sempre muito mais baseada em questões políticas do que em questões econômicas. Essa, possivelmente, é uma das explicações para o fato de que, em termos econômicos, a SADC possui uma das menores pontuações no índice africano de integração. É importante dizer, no entanto, que isso é resultado da grande desigualdade de integração que há nessa região. Em termos individuais, de um lado, a África do Sul tem um dos maiores índices de integração com a África; de outro, nove dos dezesseis membros do grupo estavam entre os piores índices individuais, como República Democrática do Congo e Angola


SADC over Time
8
7
6
5
4
3
2
1
0
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
States with Democracies
States with Autocracies
States in Transistion

Iniciativas recentes da SADC

- A SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community) vem concentrando suas iniciativas recentes em cinco grandes eixos: industrialização, integração econômica, infraestrutura, transição energética e segurança regional.
- Em 2026, há uma orientação particularmente importante: ampliar o processamento local dos recursos naturais, fortalecer as cadeias produtivas regionais e reduzir a dependência da exportação de matérias-primas.
- Em 2 de junho de 2026, foi lançada uma iniciativa regional de cinco anos voltada à construção de cadeias de valor sustentáveis para minerais utilizados na transição energética.
- Países participantes: República Democrática do Congo, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue.
- Minerais prioritários: cobalto, lítio, manganês, níquel e metais do grupo da platina.
- Objetivo: ampliar o beneficiamento e o processamento dos minerais nos próprios países produtores.
- Resultados esperados: industrialização, geração de empregos, qualificação profissional e desenvolvimento de empresas locais.
- O projeto é liderado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), com apoio financeiro da Alemanha, por meio da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI)

Iniciativas recentes da SADC

- A SADC e a Rússia assinaram um Plano de Ação para aprofundar a cooperação bilateral e regional, durante a terceira Cúpula Rússia-África, em Moscou.
- O documento contempla cooperação em:
- Agricultura e segurança alimentar.
- Comércio e investimentos.
- Industrialização e mineração.
- Energia e transportes.
- Educação e saúde.
- Tecnologias da informação.
- Paz e segurança.

Referência Monetária da SADC

- Embora não exista uma moeda única da SADC, quatro países já possuem um sistema de integração monetária conhecido como Common Monetary Area (CMA), ou Área Monetária Comum:
- África do Sul;
- Lesoto;
- Namíbia;
- Essuatíni (antiga Suazilândia).
- Nesse arranjo, o rand sul-africano ocupa posição central. As moedas nacionais do Lesoto (loti), da Namíbia (dólar namibiano) e de Essuatíni (lilangeni) mantêm paridade com o rand.
- Esse sistema representa uma experiência concreta de integração monetária na África Austral, mas não abrange todos os integrantes da SADC

COMESA

- As origens da Comesa (Common Market of Eastern and Southern Africa) remetem à década de 1960, inserida no contexto das duas Conferências dos Estados Independentes Africanos (em Acra, 1958 e em Adis Abeba, 1960).
- No entanto, apenas com a assinatura do Tratado que estabeleceu a “Área de Comércio Preferencial” (Preferential Trade Area for Eastern and Southern African States), em 21.12.1981, em Lusaka, ocorreu o passo decisivo para a redução gradual das taxas alfandegárias e de outras barreiras não tarifárias ao comércio regional.



Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento da África Oriental (IGAD)

- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento da África Oriental (IGAD) Com sede em Djibouti, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento da África Oriental (IGAD) foi criada em 1996 para substituir a Autoridade Intergovernamental sobre Seca e Desenvolvimento (IGAD), de 1986.
- Seus Estados-Membros são Djibouti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda (a Eritreia retirou-se em 2007). Sua ação é mais específica que as demais Comunidades Econômicas, **pois busca auxiliar e complementar a cooperação na área de segurança alimentar e proteção ambiental,** agindo em conjunto com a Comesa nos setores econômicos e de segurança regional.



Comunidade do Leste Africano (EAC)

- A Comunidade do Leste Africano (EAC) é composta por Quênia, Uganda, Tanzânia, Ruanda e Burundi, com sede em Arusha (Tanzânia).
- O Tratado para o estabelecimento da EAC foi assinado em 30.11.1999, entrando em vigor em 07.07.2000, após a sua ratificação pelos três Estados parceiros, Quênia, Uganda e Tanzânia, considerados Estados-base da Comunidade. Eles possuem uma longa tradição de cooperação no âmbito da integração regional, desde 1967.

Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC/ ECCAS)

- A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (Economic Community of Central African States – ECCAS/CEEAC) está sediada em Libreville (Gabão), e foi criada em 1981. Suas atividades iniciaram em 1985 e os Estados-membros são Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Tchad, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Angola.
- Objetivando promover a cooperação, o desenvolvimento autossustentável e a estabilidade econômica, a política da CEEAC inclui, **ainda, um plano de eliminação das tarifas alfandegárias entre os Estados membros e estabelecer uma pauta externa comum.**
- Por fim, visa consolidar o livre movimento de bens, serviços e pessoas, aprimorar o setor industrial, o transporte e as comunicações, bem como a união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento. **O objetivo máximo da CEEAC é estabelecer um Mercado Comum Centro-Africano.**

União do Magreb Árabe (UMA)

- A Declaração de Zeralda (Argélia), assinada em 10.06.1988, foi o primeiro passo para a criação da União do Magreb Árabe, que ocorreu em 17.02.1989, através do Tratado de Marrakeck (Marrocos), reunindo Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos e Mauritânia.
- Além da assinatura do Tratado, o encontro em Marrakesh adotou uma declaração relativa à criação de um programa de trabalho para a União, com os encontros posteriores do Conselho Presidencial (órgão máximo), etapas e programas de execução.
- A União tem como meta principal a cooperação entre os cinco Estados-membros, em matéria social, cultural e econômica. Assim, a livre circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capitais entre os Estados-membros e a adoção de políticas comuns estão na base do Tratado de Marrakech, bem como o consequente desenvolvimento industrial, agrícola, comercial e social.

CEN-SAD

- A Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (Community of Sahel-Saharan States – CEN-SAD) foi criada em 04.02.1998, após a Conferência de Trípoli (Líbia), e é composta atualmente por Benin, Burkina Faso, República Centro-Africana, Tchad, Comores, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Líbia, Mali, Marrocos, Mauritânia, Niger, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Tunísia.
- **A liderança líbia** é evidente no estabelecimento do grupo. Além dos objetivos econômicos (**união econômica global baseada numa estratégia de desenvolvimento, integrando os planos nacionais dos Estados-Membros, com investimento nos setores agrícola, industrial, sociocultural e energético**), as posições políticas da Comunidade referem-se ao **apoio ao povo palestino** (político e material, em conjunto com a União Africana), bem como ao questionamento do mandado de captura emitido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o Presidente sudanês,Omar Hassan El Bachir, em 2009.



CEDEAO/ECOWAS

- A ideia de estabelecer uma comunidade da África Ocidental remonta às iniciativas das décadas de 1960 e 1970, especialmente nos encontros preparatórios de Acra (1974) e Monróvia (1975), que resultaram no acordo final, assinado em 28 de maio de 1975 (Tratado de Lagos), criando a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao ou Ecowas), sediada em Abuja (Nigéria).
- O objetivo essencial consiste em promover a integração e a cooperação econômica, social e cultural entre seus Estados-membros: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (a Mauritânia retirou-se em 1999, por se opor à possibilidade de uma moeda única no bloco).

Estrutura colonial e mecanismos de controle

- Diferentemente das demais CERs, a Ecowas teve um longo processo de gestação, que se deu concomitante à formação dos Estados-nacionais que conhecemos na atualidade. Foi na década de 1940, juntamente com os debates sobre as independências da região, que as propostas de integração regional começaram a ser efetivamente gestadas pela elite africana. Essas propostas foram concretizadas em 1972, a partir de uma ideia conjunta dos presidentes da Nigéria e do Togo. A ideia foi formalizada com o tratado de Lagos, em 1975,69 dando origem à Ecowas, que contava com quinze países membros fundadores.
- Durante o período colonial, a região foi palco de muitas disputas entre potências extrarregionais que, já no século XIX, percebiam a necessidade de desenvolver mecanismos regionais de controle de suas colônias.71 Isso fez com que fossem criados na região mecanismos de integração controlados pelos colonizadores e, por vezes, associando os interesses das elites africanas à defesa dos interesses desses colonizadores.
- Mais tarde, com a disseminação do pensamento nacionalista entre as lideranças africanas, os debates sobre integração passaram a ser um auxiliar nas perspectivas de independência dos Estados-Nação dividindo as elites africanas em diferentes correntes de pensamento

Legado colonial e desafios para integração

- Entre 1959 e 1975 houve doze tentativas de criação de organizações para a integração regional que envolveram a África Ocidental, cada uma com propostas distintas de integração.
- Foi nesse contexto conturbado que, na década de 1970, começou a se consolidar de forma institucionalizada a Ecowas. O desenho organizacional da integração se assemelha mais a natureza intergovernamental do que supranacional, por ter intenção de compartilhamento mínimo de soberania. Parte dessas características se deve a uma certa desconfiança das lideranças políticas em relação à disparidade de poder da Nigéria na região.
- Assim, em seu início, em 1975, a Ecowas apresentava um plano de integração gradual em três etapas que duraria quinze anos, que ia desde o congelamento das tarifas comerciais em produtos essenciais da região, evoluindo para a eliminação das barreiras tarifárias e, por fim, culminando em um mercado comum. Mais do que isso, previa a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, bem como a criação de uma moeda comum regional.
- Ser uma organização intergovernamental aceitando as estruturas político-administrativas dos colonizadores tornou-se logo um problema para os países da região. Isso porque, com as independências formais, ao mesmo tempo em que se mantinham as estruturas de dependência em relação às ex-metrópoles, os projetos de integração efetiva da região foram abandonados.



Iniciativas recentes do ECOWAS

- A CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, na sigla em inglês) atravessa um período de importantes transformações políticas e institucionais.
- A agenda recente da organização está marcada por cinco grandes questões:
- Reorganização da integração regional após a saída de Mali, Burkina Faso e Níger.
- Segurança regional e combate ao terrorismo e às insurgências armadas.
- Integração econômica e comercial, especialmente no âmbito da AfCFTA.
- Projeto de moeda única, o Eco.
- Reconfiguração das relações diplomáticas e de segurança com os países do Sahel.
- Um aspecto central para compreender a CEDEAO em 2026 é a tensão entre dois projetos de integração: de um lado, a continuidade da organização regional; de outro, a emergência da Aliança dos Estados do Sahel (AES), formada por Burkina Faso, Mali e Níger.

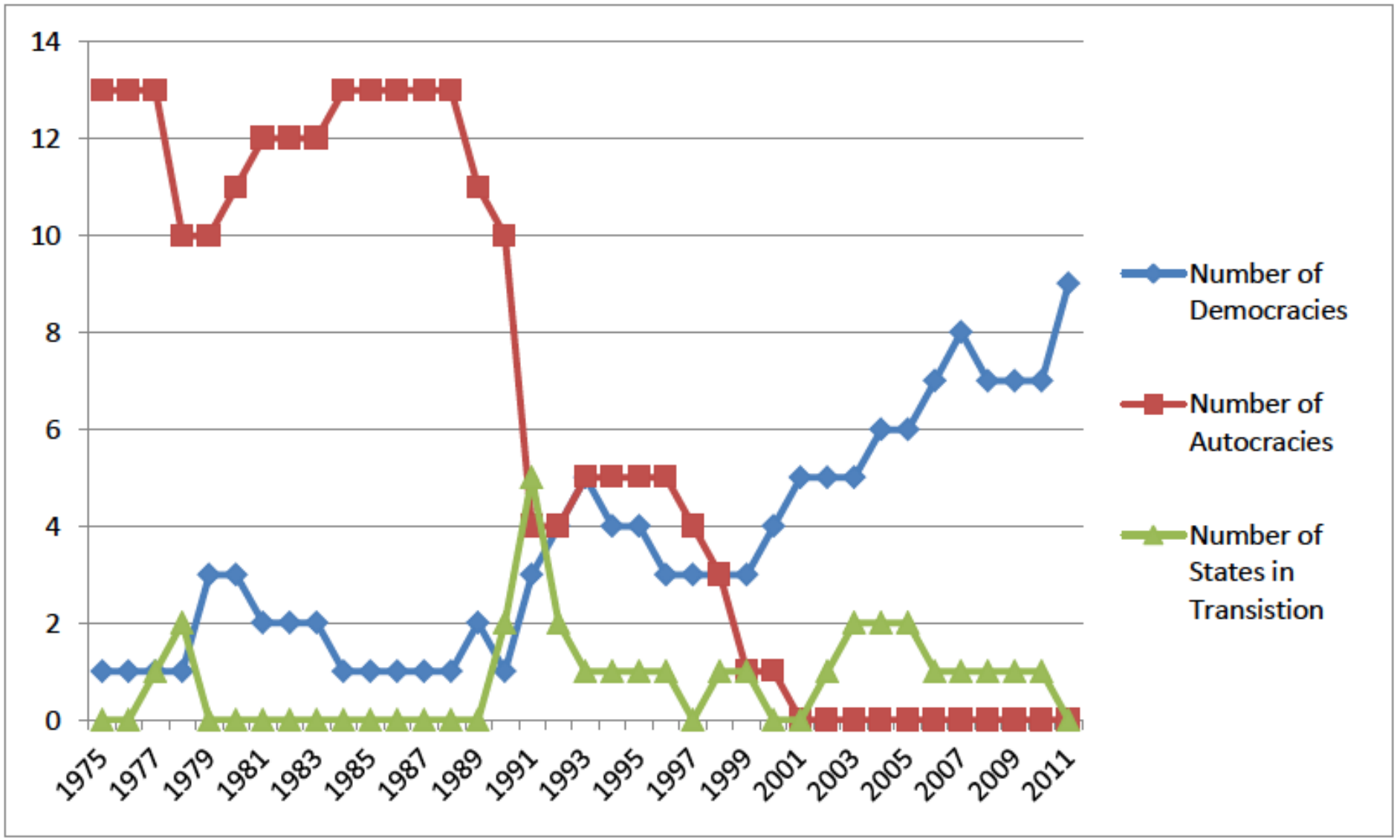
Iniciativas recentes do ECOWAS

- Na 69ª Cúpula Ordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 19 de julho de 2026, em Lungi, Serra Leoa, foi aprovada a Declaração de Compromisso com o Pacto para o Futuro da Integração Regional na África Ocidental.
- O documento estabelece uma agenda de renovação institucional e aprofundamento da integração, com prioridades como:
- Fortalecimento das instituições comunitárias.
- Ampliação do comércio intrarregional.
- Desenvolvimento de infraestrutura regional.
- Industrialização e diversificação econômica.
- Transformação digital.
- Segurança alimentar.
- Fortalecimento da governança democrática.

Moeda regional

- A criação da moeda única regional, denominada Eco, permanece entre os projetos mais importantes da CEDEAO.
- Em julho de 2026, os chefes de Estado reafirmaram a intenção de iniciar sua implantação em 2027, começando pelos países que cumprirem os critérios de convergência econômica.
- Em setembro, o Conselho de Convergência Monetária voltou a examinar:
- Estabilidade dos preços e controle da inflação.
- Sustentabilidade das contas públicas.
- Estabilidade cambial.
- Coordenação das políticas monetárias.
- Requisitos institucionais para a implantação da moeda.
- A reunião de 7 de setembro de 2026 considerou que a meta de 2027 permanecia possível. Em outubro, a Comissão continuava realizando consultas com os governos para resolver questões institucionais e operacionais.
- ECOWAS+2
- Importância: a moeda Eco representa uma tentativa de aprofundar a autonomia monetária da África Ocidental e reduzir os custos das transações comerciais entre os países da região.




ECOWAS Over Time
14
12
10
8
6
4
2
0
1975
1977
1979
1981
1983
1985
1987
1989
1991
1993
1995
1997
1999
2001
2003
2005
2007
2009
2011
Number of Democracies
Number of Autocracies
Number of States in Transistion

Estratégia de estados hegemônicos

- Esses Estados “hegemônicos” se utilizam de uma estratégia interessante para a consecução de seus objetivos de segurança microrregionais.
- Operando dentro das regras da UA, em primeiro lugar, estabelecem missões de paz próprias ou baseadas em coalizões das suas comunidades econômicas regionais (ECOWAS para a Nigéria e SADC para a África do Sul), para depois pedirem o apoio financeiro e logístico da ONU.

Protagonismo econômico na UA

- Na seara das relações econômicas entre os estados Africanos, nota-se uma miríade de dificuldades para torná-las mais integradas, como foi o caso da Europa.
- Na primeira fase da integração, principalmente sob a liderança de Obasanja e Mbeki (portanto, protagonismo da Nigéria e África do Sul), foi sentida a extrema dificuldade do estabelecimento de trocas comerciais nas quais os produtos eram basicamente os mesmos: commodities.
- A Nigéria, no entanto, é apontada por muitos como um dos principais atores no estabelecimento da comunidade econômica ECOWAS, que teve sucesso na sua microrregião

- A **Agenda 2063** é uma iniciativa estratégica desenvolvida pela União Africana (UA) para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a integração do continente africano ao longo de 50 anos, com uma visão de criar uma África unida, próspera e pacífica. Ela foi adotada em 2013, no 50º aniversário da fundação da Organização da Unidade Africana (atual União Africana). A Agenda 2063 reflete os objetivos e aspirações dos povos africanos para o futuro, fundamentada em sete metas principais, conhecidas como "Aspirations for the Africa We Want" (Aspirações para a África que Queremos).
- **As sete aspirações principais da Agenda 2063:**

1. **Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável**:
    1. *Foco em reduzir a pobreza, erradicar a fome e promover avanços em áreas como educação, saúde, ciência, tecnologia e inovação.*
2. **Uma África integrada e unida**:
    1. *Promoção da integração econômica e política através de instituições continentais fortalecidas e a criação de uma área de livre comércio (AfCFTA).*
3. **Uma África de boa governança, democracia, respeito aos direitos humanos, justiça e estado de direito**:
    1. *Compromisso com o fortalecimento de instituições democráticas e a garantia da participação cidadã.*

- **Uma África pacífica e segura**:
- Busca pela resolução de conflitos, fortalecimento da paz e garantia de segurança em todo o continente.
- **Uma África com uma identidade cultural forte, herança, valores e ética compartilhados**:
- Promoção da valorização e preservação da rica diversidade cultural africana.
- **Uma África onde o desenvolvimento é impulsionado pelo povo, especialmente mulheres e jovens**:
- Empoderamento de mulheres e jovens como agentes principais do desenvolvimento.
- **África como uma potência global influente e unida**:
- Posicionar o continente como um ator global respeitado e influente em questões internacionais.

Programas e projetos emblemáticos

A Agenda 2063 inclui diversos projetos transformadores, como:

A implementação da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA).

O Trem de Alta Velocidade Pan-Africano, conectando as principais cidades africanas.

O desenvolvimento de uma infraestrutura energética sustentável.

A criação de uma identidade africana única por meio de um passaporte continental.

- **Monitoramento e execução**

A UA desenvolveu um plano de implementação de 10 anos para monitorar o progresso da Agenda 2063, com metas específicas e indicadores de desempenho. Estados membros, comunidades econômicas regionais e parceiros internacionais desempenham papéis essenciais na realização dos objetivos.

Significado global

A Agenda 2063 posiciona a África como um ator chave no cenário global, buscando superar os desafios históricos de colonialismo, desigualdade e subdesenvolvimento, enquanto aproveita os vastos recursos naturais, culturais e humanos do continente para construir um futuro mais equitativo e sustentável.



Agenda de Gênero na UA

- O Programa para as Mulheres da União Africana é uma iniciativa essencial da União Africana (UA) que busca promover a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a inclusão das mulheres em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural no continente africano. A UA reconhece que as mulheres desempenham um papel vital no desenvolvimento da África e que seu pleno envolvimento é crucial para alcançar os objetivos da Agenda 2063.
- A primeira mulher a presidir a Comissão da União Africana foi a política e médica sul-africana Nkosazana Dlamini-Zuma

Visão e objetivos principais

- A visão do programa é criar uma África onde homens e mulheres tenham oportunidades iguais para contribuir e se beneficiar do desenvolvimento sustentável e da paz no continente. Entre os objetivos principais estão:

Erradicação da desigualdade de gênero:

- Garantir que mulheres e meninas tenham acesso igualitário à educação, saúde, recursos econômicos e oportunidades de liderança.

Empoderamento econômico das mulheres:

- Promover o empreendedorismo feminino e facilitar o acesso das mulheres a financiamento, tecnologia e mercados.

Participação política e liderança:

- Aumentar a presença das mulheres em posições de liderança e em processos de tomada de decisão, tanto em níveis nacionais quanto regionais.

Combate à violência baseada em gênero:

- Implementar políticas e programas eficazes para prevenir a violência contra mulheres e meninas, além de garantir justiça e apoio às vítimas.

Educação e capacitação:

- Ampliar o acesso das mulheres à educação de qualidade e oportunidades de treinamento em áreas como ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).

Iniciativas-chave

Decênio Africano para os Direitos das Mulheres (2020-2030):

Uma década dedicada a acelerar o progresso em direção à igualdade de gênero por meio da implementação de políticas robustas e programas inovadores.

Campanha de Silenciamento das Armas com Foco no Gênero:

Promove a participação ativa das mulheres em processos de paz e resolução de conflitos, reconhecendo seu papel como mediadoras e líderes em contextos pós-conflito.

Princípios de Maputo sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos:

Garantir que as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, incluindo serviços de saúde reprodutiva.

Fórum das Mulheres para Inovação e Empreendedorismo:

Incentiva o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e a inovação tecnológica liderada por mulheres africanas.

Resultados alcançados

- O programa tem registrado avanços significativos, como:

- Maior participação das mulheres em parlamentos nacionais e organizações comunitárias.
- Expansão de redes de apoio e proteção às vítimas de violência de gênero.
- Crescimento do empreendedorismo feminino, com diversas iniciativas financiadas pela UA e parceiros internacionais.

Aumento da participação política das mulheres africanas

- Foi publicada uma análise da União Africana (UA), divulgada na última semana, e mostra que a África teve um aumento na participação das mulheres nos processos de tomada de decisão política na última década. A análise ocorreu por causa do fim da primeira “Década da Mulher Africana (AWD)” na Abordagem de Base para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres 2010-2020, que foi adotada em 15 de outubro de 2010 em Nairóbi, Quênia.
- Segundo o bloco pan-africano de 55 membros, durante os dez anos da política os líderes africanos demonstraram vontade e compromisso para promover a igualdade de gênero, o empoderamento e os direitos das mulheres. Quatro Estados-Membros da UA (Ruanda, Namíbia, África do Sul e Senegal) foram classificados entre os dez primeiros países do mundo com o maior número de representação de mulheres no parlamento. Outros dezesseis Estados-Membros ultrapassaram a taxa mínima de 30% da representação das mulheres nos parlamentos nacionais.
- “As mulheres estão ocupando Ministérios Estratégicos como o de Defesa, Economia, Finanças e Relações Exteriores, que eram tradicionalmente reservados aos homens. A África melhorou o acesso das mulheres a infraestrutura, tecnologias e serviços modernos. O índice de escolaridade das mulheres aumentou e há maior acesso a treinamentos técnico-profissionais”, afirma a UA em nota.
- Agora a África entra na nova Década da Mulher Africana sobre a Inclusão Financeira e Econômica 2020-2030. Os membros da UA firmaram seus compromissos para promover o bem-estar das mulheres no continente e consolidar os ganhos já obtidos com a política anterior.



Área de Livre Comércio Continental Africana

- A **AfCFTA** (*African Continental Free Trade Area* ou Área de Livre Comércio Continental Africana) é um acordo histórico estabelecido pela União Africana para criar a maior zona de livre comércio do mundo, em termos de países participantes. Seu objetivo principal é impulsionar o comércio intra-africano, promovendo a integração econômica do continente, reduzindo barreiras tarifárias e não tarifárias, e facilitando o movimento de bens, serviços, pessoas e capitais entre os países africanos.
- A AfCFTA foi oficialmente lançada em **1º de janeiro de 2021**, após a assinatura do acordo por 54 dos 55 Estados membros da União Africana (apenas a Eritreia não participou inicialmente). Mais de 40 países já ratificaram o acordo, tornando-o legalmente vinculativo para esses Estados.

Principais objetivos da AfCFTA

- **Aumentar o comércio intra-africano:**

O comércio entre países africanos é historicamente baixo, representando cerca de 15% do comércio total do continente. A AfCFTA busca elevar essa porcentagem ao eliminar tarifas e simplificar processos comerciais.

- **Impulsionar o crescimento econômico:**

Criar um mercado único com 1,4 bilhão de consumidores e um PIB combinado de mais de US$ 3 trilhões, promovendo investimentos, empregos e inovação.

- **Reduzir barreiras comerciais:**

Cortar até 90% das tarifas em produtos e eliminar barreiras não tarifárias, como regulamentações e burocracias complexas.

- **Promover a industrialização:**

Incentivar a produção local e fortalecer cadeias de valor regionais, reduzindo a dependência de exportações de matérias-primas.

- **Fortalecer a integração regional:**

Complementar as Comunidades Econômicas Regionais (CERs) existentes, como a SADC, CEDEAO e EAC, ampliando a integração econômica no continente.

- **Empoderar pequenas e médias empresas (PMEs):**

Oferecer oportunidades para empresas locais expandirem seus mercados, especialmente em setores como agricultura, manufatura e tecnologia.